

HILLARY PUTNAM E A QUESTÃO FATO-VALOR

Maria Simone Cabral Marinho

Resumo

*Este artigo parte da afirmação de Hilary Putnam feita no início do capítulo 6 - fato e valor - do seu livro *Razão, verdade e história*, ou seja, a afirmação de que o tema do fato e valor, ao contrário de outras questões filosóficas como as relativas à linguagem, à epistemologia ou mesmo à metafísica; é do interesse de todas as pessoas. Assim, objetivamos mostrar a posição de Putnam frente a questão fato e valor - também conhecida por Sein (ser) e Sollen (Dever ser), procurando tecer algumas considerações a respeito do seu ponto de vista, pretendendo, por fim, mostrar que a idéia defendida por este filósofo é a de que não existe uma separação absoluta entre fato e valor. Para uma melhor compreensão deste artigo, ele será dividido em duas partes:*

- 1. Putnam e os defensores da dicotomia fato/valor;*
- 2. Ética, ciência e os padrões de aceitabilidade racional.*

1. Putnam e os defensores da dicotomia fato/valor

Putnam abre o capítulo 6 do seu livro *Razão, verdade e história*, afirmando que o tema do fato e valor é um tema que interessa a todos.

Princípios Ano 04, n 05, p. 187-198, 1997

Acrescenta que esta é uma questão *de escolha forçada para as pessoas que refletem*. Afirma, ainda, que a dicotomia entre enunciado de fato e juízo de valor é tão absoluta que assumiu o estatuto de *instituição cultural*. Para Putnam, isto é lamentável, visto que esta dicotomia tornou-se tão corrente que mesmo que ele ou algum outro filósofo pudesse convencer as pessoas de que esta quebra não tem bases racionais, ainda assim, não conseguiria convencê-las, pois, *“a concepção de que não existe evidência sobre se as coisas são ou não boas ou más, melhores ou piores, etc., tornou-se, em certo sentido, institucionalizada”* (Putnam, 1992: p. 168).

Apesar de Putnam - pelo menos neste capítulo - não criticar nenhum filósofo especificamente, é claro que a sua crítica se insurge, nitidamente, contra uma tradição filosófica que ajudou, de uma certa maneira, a cristalizar, ou falando na linguagem de Putnam, a institucionalizar a dicotomia entre fato e valor. Se olharmos para a história da filosofia, poderíamos levantar uma enorme lista de pensadores que defendem esta dicotomia. Citaremos, a título de ilustração, três pensadores que partilham esta visão, são eles: David Hume, immanuel Kant e Max Weber¹.

No *Tratado da natureza humana*, seção III, 1 -1, Hume coloca o problema da impossibilidade de se passar de uma proposição descritiva para uma normativa: *“... Mas de repente me surpreendo ao ver em lugar do é e não é, as cópulas usuais das proposições, não dou com nenhuma proposição que não esteja conectada com um deves ou não deves. Esta troca é imperceptível, mas tem, sem dúvida, conseqüências extremas. Como este deves ou não deves expressa uma nova relação ou afirmação é necessário que seja observado e explicado, e que ao mesmo tempo se ofereça uma razão para o que parece totalmente inconcebível, quer dizer, como esta nova relação pode deduzir-se de outras que são*

¹ Não vamos expor as idéias destes três pensadores, no sentido de adentrarmos detalhadamente em seus sistemas. Vamos tão-somente mostrar os seus posicionamentos no tocante a questão fato/valor. Se esta é a questão principal deste trabalho, consideramos importante que seja ilustrada até mesmo para entendermos melhor a posição de Putnam.

completamente distintas dela..." (Hume apud MacIntyre)

Este posicionamento de Hume é importante, uma vez que é lembrado sempre que se aborda a questão do Ser e do Dever ser. MacIntyre vai dizer que uma leitura atenta da citação não esclarece se Hume afirma que a passagem do Ser ao Dever ser exige um grande cuidado ou assinala que de fato a passagem é logicamente impossível (MacIntyre, 1971: p. 170). Pela filosofia moral de Hume, parece que a primeira afirmação é mais segura já que o próprio Hume efetua claramente tal passagem. No entanto, alguns estudiosos preferem a segunda interpretação e neste caso, instaura-se uma impossibilidade lógica do Ser ao Dever ser e portanto, cria-se uma dicotomia entre fato e valor.

Menos controverso, por sua vez, o pensamento de Kant pode ser dividido em dois níveis: razão teórica e razão prática. A primeira permite ao sujeito conhecer as leis que regem o mundo da natureza; a segunda, desvenda as leis que regem o mundo dos costumes. Assim, o mundo da natureza representa para Kant o reino da necessidade, da contingência e da determinação, ao passo que o mundo dos costumes representa o reino da indeterminação, da liberdade, da possibilidade. O mundo da natureza constitui o Sein (Ser), cuja finalidade última escapa à vontade humana. O mundo dos costumes constitui o Sollen (Dever ser) cuja finalidade última é definida pela vontade humana. No primeiro valem os julgamentos científicos, no segundo, os julgamentos morais (Freitag, 1992: p. 47).

Como pudemos perceber, Kant distingue nitidamente fato e valor, ou seja, de um lado, no âmbito do fato, nós temos a razão pura, a natureza, a sensibilidade, o Ser. Por outro lado, no âmbito do valor, temos a razão prática, a liberdade, a inteligibilidade, o Dever ser. Como afirma Bárbara Freitag, "*(...) ao contrário de Kant, o sistema dos costumes (ou da sociedade existente) é subtraído ao espaço da liberdade e subordinado ao espaço da heteronomia. Os objetos (e suas relações) estudados nesse espaço resultam de uma vontade que escapa ao controle dos homens. Eles podem ser constatados pelo cientista mas não julgados (ou valorados) por ele*" (1992: p. 97).

Importa notar que Weber defende o princípio da neutralidade axiológica (o que Putnam abomina), ou seja, para ele, o universal não pode ser passível de julgamento de valor e sim de julgamento de realidade (critérios objetivos). Neste sentido, Weber separa fato e valor, tentando fazer do cientista uma figura neutra, cujo papel é somente descobrir e reconstruir as leis que regem a natureza, sem fazer qualquer julgamento de valor. Segundo Weber, se o cientista abre mão da sua neutralidade diante dos fatos, ele age mal e desrespeita o objetivo último da ciência que consiste na busca da verdade e objetividade dos fatos (Freitag, 1991: p. 105).

Diante do exposto, notamos que a tradição filosófica “instaura” a dicotomia fato e valor. No entanto, esta dicotomia, de certo modo, institucionaliza-se não só pelas idéias apresentadas por estes pensadores, mas principalmente, pela aceitação por parte da maioria das pessoas, destas idéias. Poderíamos ir um pouco mais longe nas nossas constatações, afirmando que, independente das idéias filosóficas, as pessoas diferenciam - talvez não consciente de que estão estabelecendo uma quebra entre fato e valor - frases constatativas e valorativas. Por exemplo, uma frase do tipo (1) Maria está sentada, é indiscutível tanto para um observador <<a>> quanto para um observador <>, ou seja, <<a>> e <> vão concordar com o que estão vendo. No entanto, uma frase do tipo (2) Maria está muito bonita, pode ser aceita por <<a>>, mas não necessariamente por <>, isto é, <> pode achar que Maria não está bonita. O que diferencia a frase (1) da frase (2)? Será somente a institucionalização da dicotomia fato e valor? Ou será, o contrário? nós aceitamos a dicotomia não porque ela nos foi “imposta”, mas sim, ela se cristalizou porque realmente existe e, os defensores desta não fizeram nada mais do que constatar tal fato.

Estas questões foram levantadas somente para mostrar que a tarefa a ser empreendida por Putnam não é das mais fáceis. Ele precisa argumentar não só contra uma determinada tradição filosófica, mas também contra o senso comum. Ele parece saber disso e vai pautar inteligentemente toda sua argumentação contra a dicotomia entre fato e valor, em cima, justamente do que tanto a filosofia quanto o senso comum acreditam que é capaz de decidir seguramente sobre o que é ou não um fato: a ciência.

2. Ética, Ciência e os padrões de aceitabilidade racional

O argumento usado por Putnam para mostrar que a dicotomia fato e valor não faz sentido consiste em mostrar que a distinção é imprecisa devido aos próprios enunciados factuais e que as práticas científicas pressupõem valores. Em outras palavras, as definições e por extensão a demarcação sobre o que é um fato e valor são feitas de formas precisas como se fato e valor fossem “categorias” simples e incontestáveis: *“as coisas se passam como se dispuséssemos de definições precisas para fato e valor, mas é justamente essa pressuposição que será questionada”* (Guerreiro, 1989: p. 289).

Alguns defensores da dicotomia até admitem que a ciência pressupõe alguns valores, como por exemplo, a verdade. No entanto, eles assinalam que estes valores não são éticos. Do ponto de vista da ciência seriam valores puramente epistemológicos. Ora, visto desta forma, parece que estas pessoas além de “instaurar” uma quebra entre fato e valor, terminam por multiplicar estas quebras uma vez que no interior do próprio valor distinguem os que são éticos, por exemplo, dos epistemológicos².

Partindo-se da idéia de que a ciência pressupõe valores, como por exemplo, a verdade, Putnam tece suas críticas sobre as definições correntes, como: 1. a verdade enquanto cópia; 2.o princípio de equivalência. Quanto a primeira concepção Putnam vai dizer que a verdade não é uma noção simples e que esta não pode ser vista como uma cópia passiva do que <<realmente está aí>> - independente da mente e o do discurso (p. 168). Critica também o realismo metafísico, mostrando que este é um contra-senso, ou seja, a idéia de correspondência entre mundo em si e mundo nocional pode ser refutada *“se não existir nada no quadro fisicalista do mundo que corresponde ao fato óbvio de que <<gatos>> se refere*

² Mas Putnam não está preocupado com estas divisões. Ele próprio admite que existem valores éticos, epistemológicos, estéticos, etc. A preocupação dele, parece que se volta muito mais para o fato de não devermos aceitar estas distinções como absolutas.

a gatos e não a cerejas, então esta é uma razão decisiva para rejeitar a exigência de que todas as noções que usamos devem ser reduzidas a termos físicos” (Putnam, 1992: p. 184).

Quanto ao segundo ponto, o princípio de equivalência, Putnam vai mostrar a posição de alguns filósofos como os que apelam para tal princípio, a posição de Alfred Tarski e a dos filósofos positivistas. O princípio de equivalência afirma que *dizer de um enunciado que ele é verdadeiro é equivalente a assertar o enunciado*. Tarski, por sua vez, vai usar o mesmo princípio só que empregando a lógica simbólica. Assim, $\langle\langle P \rangle\rangle$ é verdadeiro se e somente se P. Por exemplo: (T) $\langle\langle$ a neve é branca $\rangle\rangle$ é verdadeira se e somente se a neve é branca. Para os filósofos positivistas não existe nenhum problema para esta notação formal, desde que você compreenda $\langle\langle$ neve $\rangle\rangle$ e $\langle\langle$ branca $\rangle\rangle$. Mas, segundo Putnam *“o problema não está em não compreendermos $\langle\langle$ a neve é branca $\rangle\rangle$; o problema está em não compreendermos o que é compreender $\langle\langle$ a neve é branca $\rangle\rangle$. Este é o problema filosófico. Sobre isto (T) não diz nada” (Ibid, p. 169).*

Para o filósofo americano, examinar estas definições ou afirmar que a ciência procura descobrir a verdade é dizer um enunciado puramente formal e conseqüentemente vazio, ou seja, para que esses enunciados formais não sejam vazios é preciso que saibamos ou pelo menos tenhamos alguma idéia de quais sejam os critérios de aceitabilidade racional para distinguir, por exemplo, o procedimento científico para determinar a brancura da neve de outros procedimentos científicos.

Para ele, os padrões de aceitabilidade racional levam em conta o modo racional de prosseguir uma investigação; os padrões de objetividade; quando considera-se racional terminar uma investigação; que fundamentos fornecem uma boa razão para aceitar um ou outro veredicto de qualquer tipo de questão, etc. Somente de posse desses padrões de aceitabilidade racional que conforme Putnam estão implícitos na ciência é que a verdade ganha vida, tornando-se, de alguma maneira, algo que é construído e desta forma, faz parte de um processo onde fato e valor mantêm uma interdependência.

Os critérios de aceitabilidade racional exercem um papel importante na filosofia de Putnam, uma vez que o próprio afirma que *“usamos os nossos critérios de aceitabilidade racional para construir um quadro teórico do mundo empírico, e então à medida que essa imagem se desenvolve revemos os nossos próprios critérios de aceitabilidade racional à luz desse quadro e assim por diante, e assim por diante sempre”* (1992: 174).

A construção desse quadro teórico do mundo empírico tem como características principais a eficácia instrumental, a coerência, a compreensibilidade e a simplicidade funcional. Para Putnam palavras como <<coerente>>, <<simples>>, <<justificados>> são termos relativos a valores e tem algum tipo de aplicação objetiva. Neste sentido é possível afirmar que pelo menos alguns valores são objetivos e que a ciência não pode abrir mão destes para se desenvolver e que portanto, ela não é valorativamente neutra. Mario Guerreiro em seu artigo intitulado *Ética e ciência em Hilary Putnam*, afirma que: *“Putnam deixa bem claro que, ao contrário do que pensam muitos filósofos analíticos, para ele a ciência tem uma finalidade ética. Se, enquanto meio (método, critério epistemológico, etc..) a ciência está envolvida com valores cognitivos, enquanto fim está comprometida mesmo com valores éticos (pois não há outra categoria onde se pudesse situar “felicidade coletiva”)”* (1989: p. 292).

Para Putnam os valores implícitos na ciência revelam uma parte da nossa idéia de bem e a outra parte desta idéia pode ser extraída a partir da extensão dos nossos padrões de aceitabilidade racional à outras áreas do conhecimento. Ou seja, os padrões de aceitabilidade racional não são utilizados somente para dizer quando devemos ou não aceitar enunciados, eles devem servir também para julgarmos a adequação e clareza dos enunciados. Voltamos novamente a questão da verdade, isto é, ela perde a sua aura canônica e precisa ser complementada por termos tais como adequação, clareza e relevância. Putnam nos mostra isso através do exemplo do mobiliário: uma pessoa de uma cultura que não tivesse mobiliário podia ser capaz de entrar em um quarto e dar determinado tipo de descrição do quarto, mas se não soubesse o que é uma mesa ou uma cadeira ou uma secretária, a sua descrição dificilmente

transmitiria a informação que um membro desta cultura desejaria ter do quarto. A descrição dela podia consistir apenas em enunciados verdadeiros mas não seria adequada (1992: p.178).

Putnam quer mostrar com esse exemplo que embora a descrição feita pelo narrador seja verdadeira, ela não é pertinente uma vez que a sua descrição não se pautou nos conceitos de adequação, clareza e relevância. Por mais que o narrador faça uma descrição fiel e verdadeira do que é uma mesa, por exemplo, essa descrição não será pertinente se o narrador não dispor de certos conceitos que possam ser usados corretamente relativos à determinadas situações. Trazendo isto para o campo científico, Putnam vai mostrar que a ciência se interessa não só em estabelecer proposições verdadeiras, mas também proposições pertinentes, uma vez que a verdade de uma proposição embora seja condição necessária para sua aceitação, não é suficiente. Assim, a noção de pertinência que se faz necessária para aceitação de uma teoria científica pressupõe um conjunto de interesses e valores.

Conforme Putnam o que é verdadeiro ao nível simples do discurso sobre mesas e cadeiras, é também verdadeiro ao nível da descrição de relações de situações interpessoais (1992: p. 178). Deste modo, ele pede que consideremos o seguinte exemplo:

>John é muito <<indelicado>>;

>John só <<pensa nele mesmo>>;

>John <<faria praticamente qualquer coisa por dinheiro>>.

Para Putnam os termos em destaque não possuem nenhuma carga valorativa, isto é, são termos descritivos no sentido de que foram utilizados somente para descrever e não para elogiar ou censurar. Os defensores da dicotomia fato/valor consideram que esta distinção pode ser traçada apenas tomando-se por base o vocabulário, o que para Putnam é impossível, já que fazendo uso somente do vocabulário não somos capazes de saber qual a intenção do falante - descrever, explicar, prever, elogiar, censurar - ao pronunciar tal sentença. Além do que, mesmo que estes enunciados sejam somente descritivos, qualquer pessoa que aceitasse a conjunção dos três, dificilmente deixaria de acrescentar: <<John não é uma pessoa muito boa>>. Desta forma, completa Putnam,

“a independência do valor relativamente ao fato é difícil de manter quando os próprios fatos são da ordem do <<indelicado>>, <<pensa apenas nele>>, <<faria qualquer coisa por dinheiro>>” (1992: p. 179).

Esta estreita relação entre fato e valor evidenciada por Putnam, mostra, entre outras coisas, que não podemos pensar a física somente de forma realista, nem tão pouco a ética apenas de forma subjetiva. Devemos ser menos realistas em relação à física e menos subjetivistas em relação à ética. Para Putnam vemos a física como a Teoria Verdadeira Única e não como uma descrição racionalmente aceitável apropriada para certos problemas e propósitos. Vendo a física como a Teoria Verdadeira Única, tendemos a considerar subjetivistas todas as descrições que não conseguimos “reduzir” ao quadro physicalista. Ora, a ética não tem que entrar em conflito com a física só porque o seu discurso não se reduz ao discurso físico. Logo, como afirma Putnam, outros gêneros de discursos importantes não são redutíveis ao discurso físico e não são por essa razão ilegítimos (p. 185).

Como afirma Guerreiro: *“ a ciência não poderia prescindir de descrições de estados de coisas e tais descrições (mesmo quando é o caso de descrições de simples percepções) seriam inseparáveis de construções teóricas. Em outras palavras, nem a ciência, nem muito menos o senso comum poderiam ter acesso a dados puros, de tal modo que a distinção entre proposições observacionais e proposições teóricas seria tão frágil e obscura quanto a própria distinção entre fato e valor”* (1989: p. 294).

Deste modo, podemos concluir que Putnam consegue mostrar de forma pertinente que o fosso existente entre fato e valor é absurdo, uma vez que as relações apresentadas entre a ética e a ciência são necessárias e visam nada mais nada menos do que a idéia de Eudaimonia. Assim,

“Despojados da velha idéia realista da verdade como correspondência e da idéia positivista da justificação como fixada por critérios públicos, somos deixados com

a necessidade de ver a nossa procura de melhores concepções de racionalidade como uma atividade humana intencional, que, como toda atividade que se eleva acima do hábito e do mero seguir da inclinação ou obsessão, é gerida pela nossa idéia de bem” (Putnam; 1992: p. 177).

Podemos afirmar ainda que a argumentação de Putnam em defesa da não dicotomia entre fato e valor é relevante pelo fato deste filósofo não procurar apagar, radicalmente, a quebra existente entre fato e valor, e também, pela sua tentativa de aproximar um do outro, construindo uma ponte entre o abismo existente.

Afirmar severamente, ou tentar extrair da obra de Putnam a idéia de que não existe uma diferença entre fato e valor, é mostrar que existe uma contradição no pensamento deste filósofo, já que o mesmo utiliza esta distinção várias vezes. Para citar apenas um exemplo, ele afirma que a ciência não é neutra uma vez que pressupõe valores. Ora, tal afirmação confirma que o próprio Putnam distingue fato de valor.

Deste modo, o seu pensamento, ao que nos parece é pautado na idéia de que entre fato e valor não pode haver esse fosso institucionalizado pelos defensores da dicotomia; mas pelo contrário, os termos necessariamente mantêm uma dependência um do outro que por sua vez, dependem dos nossos critérios de aceitabilidade racional que segundo Putnam, são absolutamente necessários para ter de todo um mundo; quer um mundo de <<fatos empíricos>> quer um mundo de <<fatos relativos a valor>> - um mundo no qual há beleza e tragédia (1992: p.188).

Referências Bibliográficas

- GUERREIRO, Mario A. <<Ética e ciência em Hilary Putnam>>. in Paradigmas filosóficos da atualidade. Org. Maria Cecília de Carvalho. Campinas: Papirus, 1994, p. 289-305.
- FREITAG, Barbara. *Itinerários de Antígona: A questão da moralidade*. Campinas: Papirus, 1992.
- GUISÁN, Esperanza. *Razón y pasión en ética: Los dilemas de la ética contemporânea*. Barcelona: Anthropos, 1990 (pensamiento crítico / pensamiento utópico, 19).
- MACINTYRE, Alasdair. *A short history of ethics*. London: The MacMillan Company, 1995.
- PUTNAM, Hilary. *Reason, Truth and History*. Cambridge University Press, 1981. rad. António Duarte. Razão, verdade e história. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- QUINTANILLA, Miguel Ángel. *Hilary Putnam: las mil caras del realismo*. Barcelona: Ediciones Paidós, [s.d.], (Pensamiento contemporáneo, 31).